



GT – Educação Básica em Ibero-América

A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: REFLEXÕES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

LA EDUCACIÓN INTEGRAL EN BRASIL: REFLEXIONES PARA LA EDUCACIÓN BÁSICA

Debora Cristina Jeffrey, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

Sandra Fernandes Leite, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

RESUMO EXPANDIDO

JUSTIFICATIVA: A educação integral no Brasil enquanto política nacional tem se configurado como uma proposição e iniciativa de caráter pedagógico, que objetiva favorecer a ampliação da jornada escolar, bem como a formação integral de crianças e jovens da educação básica. O marco legal que fundamenta a proposta de educação integral (Portaria Interministerial n. 17 de 24/04/2007 e Decreto n. 7.083 de 27/01/2010) estabelece que o Programa Mais Educação seja reconhecido como uma medida indutora para a adesão de estados, municípios e Distrito Federal à política de educação integral no país. Mediante essa perspectiva, o estudo objetiva identificar e analisar as proposições de educação integral presentes no arcabouço de 19 normativas federais que orientam a referida política, tendo em vista sua efetividade e melhoria da qualidade de ensino na educação básica.

DESENHO/METODOLOGIA/ABORDAGEM: A análise proposta pauta-se na análise documental, com base nos pressupostos destacados por Shiroma, Campos e Garcia (2005) que compreendem que os documentos de política educacional não são prontamente assimiláveis ou aplicáveis e por isso, deve-se destacar a racionalidade que os informa, bem como as vicissitudes e jogos políticos que as configuram. Neste sentido, o critério de análise a ser apresentado baseia-se na proposta de Parente (2016) que propõe a construção de tipologias de políticas de educação em tempo integral, com ênfase na abrangência, normatização, formulação, identificação do estabelecimento de relações intersetoriais e argumento da política.

ACHADOS: Identifica-se, a partir do estudo a abrangência nacional da proposta, uma normatização que pauta-se na intersectorialidade, participação da sociedade civil organizada e em uma concepção de educação integral que visa a melhoria da qualidade de ensino cujo



argumento apresenta certa dualidade, ao legitimar um discurso vinculado às propostas pedagógicas contra-hegemônicas (histórico- crítica), mas com orientações pragmáticas que têm vinculação à propostas pedagógicas hegemônicas (libera/social democracia). Este fato, contribui para a diversidade de interpretações normativas e projetos educacionais entre os entes federados que nem sempre se articulam às proposições do Governo Federal.

LIMITES DA PESQUISA/IMPLICAÇÕES (se aplicável): Considerando que a pesquisa refere-se a uma análise documental, entende-se a sua limitação quanto à abrangência do enfoque, já que representa uma delimitação temporal e normativa contemporânea, sem que se destaque os elementos históricos anteriores ou a identificação de experiências específicas de educação integral no Brasil e no contexto ibero-americano.

IMPLICAÇÕES PRÁTICAS (se aplicável): A pesquisa poderá contribuir para os estudos referentes à temática da educação de tempo integral e suas implicações políticas e pedagógicas na educação básica, com base nos pressupostos jurídico e normativo.

IMPLICAÇÕES SOCIAIS (se aplicável): O estudo poderá auxiliar na identificação da concepção de educação integral vigente, apontando elementos críticos que poderão ser utilizados por gestores da educação diante da formulação de propostas de educação integral, bem como aos professores da educação básica, no que se refere o entendimento da iniciativa.

O QUE É ORIGINAL/VALOR DO ARTIGO (se aplicável): O estudo inova na problematização da educação integral, com base no arcabouço jurídico e normativo que orientam a organização e funcionamento da medida na educação básica..

PALAVRAS-CHAVE: Educação Integral. Legislação. Educação Básica. Qualidade de Ensino.

REFERÊNCIAS

PARENTE, C. M. D. Construindo uma tipologia das políticas de educação integral em tempo integral. **Roteiro**, v.41, n.3, p. 563-586, set./dez. 2016.

SHIROMA, E; CAMPOS, R. F; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológico para a análise de documentos. **Perspectiva**, v. 23, p. 427-446, jul./dez. 2005.